



CONFLITOS AMBIENTAIS E TERRITORIAIS: PESCA E PETRÓLEO NO LITORAL FLUMINENSE

RESUMO

Este texto debate casos de conflitos pesca/petróleo no litoral fluminense. O primeiro sobre Macaé, município do norte fluminense, a atual “capital nacional do petróleo”, e a linha de atuação da Petrobrás em relação aos pescadores locais. O segundo sobre a Baía da Guanabara e a experiência do conflito entre seus pescadores e a Petrobrás por conta do derramamento de combustível em 2000 e por conta dos impactos da construção e início das operações do COMPERJ – Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, em Itaboraí, previsto para entrar em operação em 2015.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos Ambientais; Pesca; Petróleo; Áreas Litorâneas.

ENVIRONMENTAL AND TERRITORIAL DISPUTES: FISHERIES AND COAST OIL FLUMINENSE

ABSTRACT

This text debate cases of conflict fishing / oil on the coast of Rio de Janeiro. The first of Macaé, Rio de Janeiro city in the north, the current "national capital of oil," and the line of action of Petrobras in relation to local fishermen. The second on the Guanabara Bay and the experience of conflict between the fishermen and Petrobras because of fuel spill in 2000 and for the account of the impacts of construction and commencement of operations of COMPERJ - Petrochemical Complex of Rio de Janeiro State, in Itaboraí scheduled to begin operation in 2015.

KEYWORDS: Environmental Conflicts; Fishing; Oil; Coastal Areas.

Revista Nordestina de Ecoturismo, Aquidabã, v.5, n.1, Nov, Dez 2011, Jan, Fev, Mar, Abr, 2012.

Anais do 1º Seminário Nacional de Geoecologia e Planejamento Territorial e do 4º Seminário do GEOPLAN

ISSN 1983-8344

SEÇÃO: Ponto de Vista



DOI: 10.6008/ESS1983-8344.2012.001.0004

Selene Herculano

Universidade Federal Fluminense, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6543463953218007>
selene@vm.uff.br

Recebido: 11/04/2012

Aprovado: 30/04/2012

Avaliado anonimamente em processo de pares cegas.

Referenciar assim:

HERCULANO, S.. Conflitos ambientais e territoriais: pesca e petróleo no litoral fluminense. Revista Nordestina de Ecoturismo, Aquidabã, v.5, n.1, p.39-52, 2012.

INTRODUÇÃO

Em lugar de falar do litoral brasileiro tão vasto, prefiro trazer como contribuição ao debate casos de conflitos pesca/petróleo no litoral fluminense, por conta das limitações do meu conhecimento. Assim, a realidade na qual me inspiro diz respeito não ao litoral brasileiro, mas a dois estudos de casos no litoral do Estado do Rio de Janeiro:

1. Macaé, município do norte fluminense, a atual “capital nacional do petróleo”, e a linha de atuação da Petrobrás em relação aos pescadores locais (HERCULANO 2011; BRONZ, 2009);
2. Baía da Guanabara e a experiência do conflito entre seus pescadores e a Petrobrás por conta do derramamento de combustível em 2000 e por conta dos impactos da construção e início das operações do COMPERJ – Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, em Itaboraí, previsto para entrar em operação em 2015 (SOARES 2012).

O confronto entre pesca e extração de petróleo tem como pano de fundo as contradições entre duas necessidades básicas: comida e energia, entre mantermo-nos vivos pela alimentação saudável e termos nossas necessidades modernas e diárias de transporte, comunicação, energia mecânica e iluminação igualmente atendidas. Este confronto entre pesca e petróleo também diz respeito à contradição entre territórios locais de pesca e vida e o processo de desterritorialização da forma contemporânea de produção globalizada, que contrasta ônus locais com benesses contempladas a consumidores globalizados.

As reflexões sobre as contradições entre pesca artesanal e a extração de petróleo se situam entre duas posições extremas, que dizem respeito a, de um lado, visões “realísticas” sobre o quadro atual de forças, a conciliação factível entre pescadores artesanais e a Petrobrás e, de outro, entre a escolha por questionamentos éticos à estrutura socioeconômica e a um agir mais radical.

<p>O QUADRO ATUAL DE FORÇAS E A CONCILIAÇÃO FACTÍVEL, ‘REALÍSTICA’:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A hegemonia da produção energética (comunicação, transporte, aquecimento/refrigeração, energia mecânica, alimentação) e a degradação ambiental consequente; • A tendência da produção empresarial de pesca extrativa continental e aquicultura em ascensão predomina sobre a extrativa marinha em declínio; • A nova tutela de pescadores artesanais e grupos tradicionais, agora reconceituados como guardiões de UCs, pedaços de natureza valorados. 	<p>A OPÇÃO PELO AGIR DE QUESTIONAMENTO ESTRUTURAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “<i>Sejamos realistas, exijamos o impossível!</i>” (Herbert Marcuse).
---	---

Ou, como o Conselho Pastoral de Pescadores – CPP assinalou¹, um confronto entre “trevas e luzes nos territórios pesqueiros”:

TREVAS	LUZES
<ul style="list-style-type: none">• Sul e Sudeste - O sumiço dos peixes;• MG - A poluição das águas pelas mineradoras, a privatização das lagoas marginais;• NE - Organização dos fazendeiros com a proibição do acesso aos rios projeto de transposição do Rio São Francisco, projeto de piscicultura, de energia eólica, falta de cheia no Rio São Francisco, insegurança na pesca, assoreamento do rio, falta de respeito do governo para com a categoria;• N - Os grandes projetos-barragens, mineradoras, queimadas, falta de parcerias das colônias.	<ul style="list-style-type: none">• Sul - A qualidade da água, a união dos pescadores;• MG - Participação das pastorais CPT e CPP, a luz no fim do túnel e movimento dos pescadores;• NE - Esperança, o trabalho da Cáritas, pescadores mais esclarecidos – MPP – União das colônias litoral sul (PE);• N - Organização do povo, RESEX.

Através da descrição dos casos acima mencionados, nosso foco estará no processo de desconstrução/reconstrução das identidades na relação conflituosa entre pescador/Petrobrás: na precariedade e ‘residualidade’ da pesca artesanal e na visão híbrida que se tem da Petrobrás, a um só tempo orgulho nacional, resultante bem sucedida das lutas nacionalistas dos anos 50 e a atribuição a ela de uma atuação degradadora. Quais as possibilidades e limites da conciliação entre formas de vida e interesse discrepantes e das soluções negociadas para uma gestão de um território comum, o mar? Quais as práticas de gestão ambiental conciliatórias entre empresas de desenvolvimento e grupos tradicionais, entre produção energética e proteção socioambiental?

E, tendo em vista a existência de um Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC (Lei Federal nº 7661, de 16/5/1988; Resolução CIRM nº 5, de 03/12/97, que criou o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro – GI-GERCO, coordenado pelo MMA – Ministério de Meio Ambiente) e do Decreto nº 26.174 de 14 de abril de 2000 do Rio de Janeiro, que instituiu o Conselho Gestor da Baía de Guanabara, como se dá a efetividade/inefetividade de seus programas de zoneamento e monitoramento via gestão participativa (MORAES, 2007) no sentido de articular soluções para confrontos?

DISCUSSÕES

Tutela e Precariedade dos Pescadores

A literatura especializada define os pescadores artesanais brasileiros como um segmento populacional historicamente tutelado² e, pelo menos no caso do Estado do Rio de Janeiro,

¹ Relatório descritivo da I Conferência Nacional de pesca artesanal. Brasília, s.d. Disponível em [HTTP://www.cpnac.org.br](http://www.cpnac.org.br)

² A tutela do Estado brasileiro sobre os pescadores vem desde a primeira Guerra Mundial, quando estes passaram a ser peças de uma estratégia de segurança nacional em razão de seu conhecimento do litoral. Eles eram considerados os guardiões da costa. Em 1923

residual. Na história da baía da Guanabara, o pescador artesanal assoma como uma categoria de refugiado: eram escravos recém-libertos ou fugidos e que se tornavam marisqueiros, pescadores e lenheiros nos mangues da baía³. Eram invisíveis e desconsiderados: na tese de Marco Antonio Mello⁴, ele mostrou como as praias da região dos lagos e dos arredores de Niterói (RJ) eram tidas como vazias pelo governo federal. Mello trouxe o exemplo da comissão de saneamento de 1933 (que viria a se tornar o DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento), chefiada por Hildebrando de Góes, que, ao resolver sanear os 17 mil km² da baixada litorânea, escreveu que ali só teria avistado o *'muxuango'*, aquele ocupante “fortuito, abatido e decadente” dos supostos desertos das restingas fluminenses, no dizer de Alberto Lamego (MELLO, 2004, p.95). Os pescadores de Saquarema que conheci nos anos 50 e 60 eram paupérrimos em um município então ocupado com a economia açucareira e cítrica. Quando a Região dos Lagos fluminense se tornou zona de veraneio – a Costa do Sol – os pescadores viraram caseiros, pedreiros e quiosqueiros. Kant de Lima, ao estudar os pescadores de Itaipu, Niterói, e descrever a colônia Z7, mencionou como seus pescadores foram perdendo terreno para a imobiliária Veplan, tendo de se deslocar para longe do litoral (KANT, PEREIRA, 1997).

A história dos bairros da cidade do Rio de Janeiro faz menção à pescadores de melhor nível de renda na Baía da Guanabara: armeiros, com barcos, produção mais numerosa e organizada, moradias de alvenaria ligadas à rede urbana elétrica e sanitária. Nela despontam dois núcleos de pescadores portugueses: o do Caju e o do Morro da Conceição. Outros bairros a serem lembrados seriam na cidade de Niterói: o dos pescadores da Ponta da Areia, em Niterói, hoje rebatizado como Portugal Pequeno, e na antiga Ilha da Conceição (Niterói-RJ). O que aconteceu com esses lugares é interessante de ser analisado, pois se trata de uma constante na baía da Guanabara⁵: foram cercados por aterros (AMADOR, 1997). O que era litoral recortado virou solo criado e retificado, ocupado por estaleiros, indústrias, armazéns, depósito de lixo, cemitério, viaduto. Há um documentário muito bonito e pungente, feito por Cristiana Grumbach (2005), aluna de Eduardo Coutinho, entrevistando velhinhas dessas famílias de pescadores, sobre suas memórias no Morro da Conceição; David Soares em sua tese de doutorado também traz o testemunho de sua família de pescadores do Caju, onde havia farta pesca de camarão e de sardinha⁶ em um volume de produção que deu ensejo à instalação de fábricas de enlatamento do pescado e à construção de um entreposto de pesca em 1938 na Praça XV, hoje não mais

surgiram as colônias de pesca sob a responsabilidade da Marinha de Guerra e o Regulamento da Pesca (Decreto 16185/23 do Pres. Arthur Bernardes). Em 1938 as colônias de pesca foram institucionalizadas através do Decreto-lei 794/1938 que baixou o Código da Pesca em substituição ao regulamento anterior. Ainda naquela época pescadores portugueses poveiros foram alvo de campanhas de nacionalização, que culminaram na “Lei de Dois Terços”, o Decreto-Lei nº 1.843, de 1939. (KANT e PEREIRA, 1997; SOARES, 2012)

³ ERMEL, Luíza Helena Nunes et alli. (1997). “Análise das representações práticas relativas ao trato com o contaminante, crenças e costumes na Cidade dos Meninos, Duque de Caxias – Rio de Janeiro”. Relatório de pesquisa. PUC/Núcleo de Estudos de Exclusão Social. Rio de Janeiro, 68 pgs.

⁴ MELLO, Marco Antônio da Silva. Praia de Zacarias: contribuição à etnografia e história ambiental do Litoral Fluminense, Maricá-R. USP 1995. E, com Arno Vogel: Gente das Areias. EDUFF, 2004.

⁵ Talvez uma constante em todo o litoral brasileiro, como mostram estudos sobre Aracaju: Ver ALMEIDA, Fernanda C & FREIRE, Eliane O.L. Entre a Terra, o Rio e o Mar: A Tradição de Aterros dos Ecossistemas de Manguezais Aracajuanos – Sergipe (1855 – 1923). III Encontro da ANPPAS, 2006. Estudos como estes mostram que isto é algo geral a todo o litoral brasileiro.

⁶ Foram 329 milhões de quilos de camarão em 1956 (SOARES, 2012, p. 56),

existentes. Segundo o cronista C. J. Dunlop, do Rio Antigo, o Caju era "uma região belíssima, de praias com areias branquinhas e água cristalina, onde não era rara a visão do fundo da Baía, tendo como habitantes comuns os camarões, cavalos-marinhos, sardinhas, e até mesmo baleias"⁷. Em todos esses relatos sobre bairros pesqueiros de litoral tomados por aterros está a mesma tônica de esvaziamento, empobrecimento e degradação ambiental e social.

Eлина Pessanha (2003) pesquisou a desigualdade interna entre os pescadores de Itaipu (Niterói, RJ) a partir da propriedade dos barcos, cujos donos contratavam precariamente seus companheiros. Antônio Carlos Diegues (1983) também discorreu sobre esta desigualdade, referindo-se aos "proletários do mar". Apesar desta heterogeneidade interna, os pescadores tendem à precariedade.

Segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, os números da pesca extrativa marinha (onde se situa a pesca artesanal costeira e estuarina) são declinantes, em contraste com o crescimento da pesca continental (industrializada) e da maricultura: o Boletim Estatístico de 2010 do MPA registrou um declínio de 8% da pesca extrativa marinha nacional entre 2010 e 2009 (mas com aumento para a pesca extrativa continental e para a aquicultura). Para o Estado do Rio de Janeiro o mesmo boletim mostrou uma queda na pesca extrativa marinha (de 57 mil ton. em 2009 para 54 mil ton. em 2010).

Tabela 1: Produção de pescado – BR e RJ (ton.).

TIPO DE PESCA	2009	2010
Pesca extrativa marinha - BR	585.671 (47%)	536.455 (42%)
Pesca extrativa continental - BR	239.492 (19%)	248.911 (19%)
Maricultura - BR	415.649 (33%)	479.398 (37%)
Pesca extrativa marinha - RJ	57.090	54.113
Pesca extrativa continental - RJ	1.064	1.250
Aquicultura - RJ	4.797	7.283

Fonte: MPA, Boletim Estatístico 2010.

Estudo do NUPAUB da USP⁸ também alude a esta queda, ao contrastar dados de 2002 referentes à pesca artesanal ser responsável por 64% da produção brasileira, contra a queda posterior para 52,5% (*sine data*).

Quantos seriam os pescadores artesanais? Ainda segundo o MPA (Boletim Estatístico 2010, Tabela 11) eram 853.213 os pescadores artesanais brasileiros, em 1037 colônias de pesca e suas 23 federações pelo país e 11.012 os fluminenses.⁹ Os números são estimativos e discrepantes segundo suas fontes:

- segundo a FEPERJ – Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro, seriam 20517 os pescadores da Baía da Guanabara que mereceriam indenizações da Petrobrás pelo vazamento de 2000, o que a Petrobrás contestou dizendo ser 3339;

⁷ Em <http://www.historiadorio.com.br/bairros/caju>.

⁸ Estudo de Marcelo Vasconcellos, A.C. Diegues et alli do NUPAUB da USP: Relatório SEAP *sine data*, em WWW.usp.br/nupaub/seaprelatorio.pdf

⁹ Cadastro Especial de Colônias de Pescadores – CECP (Lei federal 11.699/2008) do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM.

- Segundo a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ, as 25 colônias de pescadores no Estado do Rio de Janeiro teriam 2814 barcos de pequeno porte dos quais 2731 barcos de pesca artesanal (o que poderia totalizar 13 655 pescadores se calcularmos cinco por barco);
- Para o Sindicato dos Armadores de Pesca do Rio de Janeiro (pesca industrial) seriam 60 mil pescadores no Estado do RJ e 10 mil embarcações, das quais 250 para pesca industrial e um total de 120 mil empregos indiretos vinculados à pesca;
- O Centro Integrado de Pesca Artesanal – CIPAR, criado em 2011 em Niterói, vinculado à SEDRAP- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca, declarou pretender dar cursos para uma população de 7500 pescadores da baía da Guanabara;
- Segundo a ONG Instituto Baía de Guanabara- IBG, as estimativas para a baía oscilam de 5 a 18 mil pescadores artesanais, tendo em vista que os pescadores também passam a ter outras atividades profissionais.
- Na Z8, em Jurujuba (Niterói- RJ) haveria 275 pescadores (5% dos moradores), segundo estudo da UFF-LATEC em 2002; na Z9 (RJ) seriam 1300 pescadores cadastrados, 30 dos quais pagantes (RODRIGUES, 2009).

No meio metropolitano, onde seu cenário é percebido como sujo e malcheiroso, passa a ser naturalizado que as comunidades de pesca cedam seu espaço para outros usos pela dinâmica da lógica metropolitana. A tutela e a precariedade dos pescadores marcam certo contraste com a figura romântica enaltecida nos hinos pátrios de Villa-Lobos e nas canções praiadeiras de Caymmi¹⁰.

Pescadores e Petrobrás em Macaé

Em meados dos anos 70 iniciou-se a prospecção e exploração de petróleo na plataforma marítima continental (operações *off-shore*) e uma nova lei federal (Lei 7453/1985) definiu a extensão dos seus limites territoriais. Começaram a serem descobertos os lençóis petrolíferos da Bacia de Campos. A Petrobrás se instalou em Macaé em 1978, em uma forma considerada arrogante pelos locais, pois decidiu unilateralmente que se instalaria no Porto de Imbetiba, na praia mais linda e abrigada, e trouxe para a cidade o impacto de 700 carretas/dia atravessando seu centro.

A instalação de uma base da Petrobrás na Cidade de Macaé, no final da década de 1970, para exploração das descomunais reservas de petróleo e gás natural existentes na plataforma continental da região norte do Estado do Rio de Janeiro, produziu um abrupto impacto na economia, na sociedade e na cultura de uma cidade até então com feições ainda interioranas e sem estrutura para receber o colossal afluxo de pessoas à procura de emprego e de técnicos dos mais variados pontos do Brasil e do exterior. Numerosas empresas prestadoras de serviço

¹⁰ Por exemplo, no hino escolar de Sylvio Salema e Villa-Lobos, o Cantar para Viver : “as nossas praias brancas, que as ondas vem beijar, lembram os homens fortes que vivem a pescar. Pescar é saber, viver pelo Brasil, para ensinar ao povo varonil que essa terra linda há de ser nossa até morrer porque nos viu nascer.”

fixaram-se também na cidade, que passou por um processo acelerado, desordenado e mutilador de urbanização. De pacato balneário, Macaé transformou-se em frenético centro urbano, com intenso trânsito de uma população de passagem (SOFFIATI, 2011).



Figura 1: Praia de Imbetiba em Macaé (RJ), ontem e hoje. **Fonte:** (A) Prefeitura local, (B) Petrobrás/Bacia de Campos.

A relação da Petrobrás com os pescadores tem sido tensa e conflituosa em Macaé. Os pescadores culpam a empresa e suas operações de prospecção sísmica pela mortandade e sumiço dos peixes; tentam pescar embaixo das plataformas, onde há cardumes atraídos pelos dejetos lançados, o que a empresa proíbe e multa. Outro ponto de atrito é o uso que a Petrobrás faz do porto dos pescadores para embarcar e desembarcar equipes da plataforma, alegando que o Porto de Imbetiba, onde se sedia, já não dá conta do intensíssimo movimento diário dos trabalhadores embarcados.

Segundo Ronaldo Lobão (2011), aos pescadores da Bacia de Campos são imputados diversos papéis neste conflito: são testemunhas do derramamento de óleo nas plataformas; são infratores, por pescarem na sua 'sombra', são parceiros no Projeto Mosaico e no Termo de Ajustamento de Conduta referente ao Parque Nacional de Jurubatiba.

Em 2007 a Petrobrás iniciou um programa piloto que veio a se converter no Programa Petrobrás Mosaico de responsabilidade ambiental para a Bacia de Campos (RJ), vigente de 2008 a 2017, para "fortalecer o seu relacionamento com as comunidades de pesca artesanal da Bacia de Campos". O Programa regulariza documentação, dá cursos de capacitação como aquaviários e de 'sensibilização ambiental', promove aulas de artesanato às mulheres como alternativa de renda e bazares de Natal. Em uma publicação de lindas fotos a Petrobrás informa que já atendeu 7429 pessoas e regularizou 2700 embarcações, mas não informa o montante dos recursos aplicados e como se dá a parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda e Subsecretaria de Pesca, com a Marinha do Brasil e a Colônia de Pescadores Z3.

Ao mesmo tempo em que desenvolve tal programa e que se refere aos pescadores como "nossos vizinhos com quem compartilhamos o mar", um membro da diretoria da Petrobrás em Macaé também afirmou não existirem mais pescadores ali, pois aqueles que assim se dizem são migrantes que não alcançaram se inserir no mercado de trabalho local e se improvisam em pescadores, em um esquema de 'viração'.

Os dados sobre os pescadores de Macaé também são discrepantes: segundo a SEMIC (Secretaria Municipal de Indústria e Comércio) eles totalizariam quatro mil, dos quais 1800 associados, com uma produção mensal de 700 toneladas em 2010, dispendo de 500 barcos. A Secretaria Executiva da Pesca da Prefeitura de Macaé arrolou em 2011 um total de apenas 250 pescadores para receber o seguro-defeso (R\$ 540).

A Petrobrás não se sente compromissada com a cidade, pois já paga os royalties, mas tem ali algumas atividades assistenciais com jovens em situação de risco social e planejava doar câmeras de segurança pública e asfalto para a duplicação de trecho da Rodovia Amaral Peixoto. Pagou um estudo executado pelo Consórcio Rionor (2010), o PRODESMAR, com análise situacional e propostas para o Norte Fluminense, cuja execução deverá vir a ser, caso se concretize, atribuição exclusiva do governo estadual.

A Petrobrás e os Pescadores da Baía da Guanabara

Em 18 de janeiro de 2000 houve um rompimento de um duto entre a REDUC – Refinaria Duque de Caxias e o terminal da Ilha D'água: 1,3 milhão de litros de combustível vazaram para as águas da Baía, enchando as aves marinhas e cobrindo o espelho d'água com a chamada 'maré negra'¹¹. Comentando este vazamento, a Petrobrás assim se manifestou:

O derrame de óleo na Baía em 2000 foi um evento pontual. Na ocasião do derrame, a Petrobrás agiu pronta e rapidamente. Esta resposta imediata foi essencial para minimizar o alcance dos impactos. A Petrobras intensificou seus padrões e investiu fortemente em tecnologia e em sua estrutura de segurança, meio ambiente e saúde. Hoje, possui processos ainda mais avançados, que minimizam a possibilidade de impactos. Criou o Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional (PEGASO), que viabilizou cerca de quatro mil projetos, em todas as unidades da Petrobras, voltados para o controle de risco em suas instalações. De 2000 a 2008, foram destinados cerca de R\$ 4,2 bilhões – mais de 40% de suas aplicações – às instalações da Petrobras no estado do Rio, principalmente na melhoria da gestão ambiental na REDUC e no Terminal da Ilha D'Água, reduzindo o descarte de efluentes e o índice de vazamentos na Baía de Guanabara. A Petrobras investiu cerca de US\$ 53 milhões nos projetos de gestão de efluentes e recursos hídricos na REDUC já concluídos. Mais US\$ 570 milhões deverão ser investidos até 2015 em projetos na área¹².

Não foi o acidente mais grave ocorrido na baía da Guanabara, pois em 1975 o navio iraniano Tarik, fretado pela Petrobras, derramara seis mil toneladas de óleo bruto no mar (SEDREZ, 2004). Mas o vazamento do ano de 2000 ocorreu em um quadro político democratizado e institucionalizado, com farta cobertura pelos meios de comunicação e liberdade

¹¹ Quantidade similar a que vazou no Golfo do México em 20 de abril de 2010, em consequência de explosão e incêndio em uma plataforma da British Petroleum.

¹² Boletim Fatos e Dados: <http://fatosedados.blogspot.com.br/2010/02/01/baia-de-guanabara-respostas-ao-jornal-o-globo>

de expressão, ação e reunião por parte dos cidadãos. A Petrobrás chegou a ser multada, porém, em míseros R\$ 94 mil por danos ambientais segundo o então Secretário Estadual de Meio Ambiente, André Correia: “É uma multa ridícula, mas é o que a legislação me permite”, reconhecia o secretário. Posteriormente, a Petrobrás financiou pesquisas e seminários nas universidades, com as chamadas verbas compensatórias e apresentou três projetos voltados para os pescadores: o ‘Baía Limpa’, o ‘Mangue Vivo’ e o ‘Moço de Convés’, os dois primeiros para a atuação dos pescadores na recuperação ambiental e o terceiro um curso de profissionalização para jovens de famílias de pescadores (SOARES, 2012).

O quadro de degradação da baía da Guanabara não pode ser imputado apenas à Petrobrás, pois há no seu entorno um parque industrial complexo. Em 1987 a FEEMA¹³ identificara as 54 empresas mais poluidoras da baía e elas assinaram um termo de compromisso de que no prazo de cinco anos, ou seja, até 1992, reformariam seus procedimentos, minimizando seus efluentes. Em 2008, outro estudo apontava a REDUC, a Cibrapel (indústria de papel de Guapimirim), a Petroflex em Duque de Caxias e a Sul Atlântico (processamento de pescado, em São Gonçalo) como grandes poluidoras (CIBG, 2008, citado por RODRIGUES, 2009¹⁴). Acrescente-se a isso a estatística famosa e sempre citada nos anos 90, de que as águas da baía recebiam uma carga de esgoto doméstico da ordem de volume de um Maracanã por dia.

Algumas associações de pescadores foram criadas na Baía da Guanabara, para um tipo de atuação política que as colônias Zs não têm: surgiu a AHOMAR – Associação dos Homens do Mar, apoiada pela APEDEMA (Assembleia Permanente de Defesa do Meio Ambiente) e assessorada por universidades. Os pescadores da baía realizaram barqueata contra a empresa, fecharam rodovia, entraram na justiça (ganharam na primeira instância, mas a Petrobrás recorreu e o litígio se arrasta há anos). Segundo Soares, a ‘espetacularização do acidente’, sua visibilidade internacional, suas imagens impactantes, conjugado com as condições políticas abertas, propiciaram uma ‘estrutura de oportunidades’ (SOARES, 2012, p.95). Surgiram também dissensões, pois enquanto a AHOMAR queria radicalizar a luta, muitos pescadores almejavam apenas uma indenização. Soares descreve este processo de construção da identidade do pescador neste conflito não como uma identidade de projeto (que visa a reestruturação social) nem como uma identidade de resistência (dos povos tradicionais, que defendem o direito a ficar e a ser o que são), mas como uma identidade de oportunidade, de um grupo que, embora não mais considerado pescador ou não o sendo plenamente e nem tendo razão lógica para defender seu território já tão poluído, é reinventado e reinventa-se como pescador para ganhos políticos e econômicos. O derramamento de 2000 “forneceu a oportunidade, mesmo que relativamente fugaz, para uma nova visibilização dos pescadores e de suas realidades cotidianas na Baía da Guanabara” (SOARES, 2012, p.90).

¹³ A FEEMA era então o órgão estadual de controle ambiental, hoje incorporada ao INEA.

¹⁴ Citado por SOARES, op.cit.

Vimos conflitos que giram em torno de uma disputa sobre a identidade do pescador artesanal, cuja existência ora é negada, ora é objeto de assistência pontual, ora é reafirmada. Vejamos agora a identidade do pescador como guardião ambiental.

O COMPERJ (Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro) ¹⁵ – está sendo construído em um dos municípios mais pobres do Estado do Rio de Janeiro, Itaboraí¹⁶. Tanto este quanto os municípios adjacentes – Niterói, Maricá, mesmo Saquarema – alimentam as melhores expectativas de resgate econômico. A expectativa é que o COMPERJ venha a gerar 200 mil empregos (diretos e indiretos) e cerca de 720 empresas se instalem até 2015, quando está previsto o início das operações. O custo da obra está orçado em US\$ 8 bilhões em 20 km². Escolas técnicas de capacitação estão sendo construídas (SOARES, 2012, p. 122). A mesma expectativa positiva já não se pode dizer de Guapimirim, município onde se localiza parte do último reduto original da baía, o manguezal do seu recôncavo, referido como “o Pantanal Fluminense” e onde foram criadas unidades de conservação: a APA de Guapimirim e a Estação Ecológica (ESEC) Guanabara e onde está parte do chamado Mosaico Central Fluminense de Unidades de Conservação, que inclui a parte serrana: o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), o Parque Estadual dos Três Picos e a APA de Petrópolis. Há temores de que este último reduto venha a ser muito negativamente impactado pelo COMPERJ, que fica entre os rios Macacu e Cacerebu, que deságuam na Baía de Guanabara.



Figura 2: O rio Iriri, na APA de Guapimirim (RJ). **Fonte:** Acervo de Júlio Augusto de C. Pellegrin.

A APA de Guapimirim ocupa quatro municípios: Guapimirim, Magé, Itaboraí e São Gonçalo, em uma extensão de 14.340 hectares. Foi criada pelo decreto presidencial nº 90.225/1984, a partir de esforços do Professor Elmo Amador, seus alunos e ativistas ambientais. Segundo descrição do Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro, compreende regiões ocupadas por atividades agrícolas e zonas urbanas, que são compostas por pequenos núcleos de

¹⁵ O COMPERJ faz parte, juntamente com a construção dos gasodutos GASJAP (Japeri-Reduc) e GASDUC (Cabiúnas-Reduc) e os Terminais Aquaviários TAIR, da Ilha Redonda e TAIC, da Ilha Comprida e Terminal Flexível GNL dos mega-empresendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC no Estado do Rio de Janeiro.

¹⁶ Ver Miséria da periferia: desigualdades raciais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro, de André A. Brandão. Rio: Pallas, 2004.

agricultores, população de baixa renda de pescadores que vivem da captura e venda de caranguejo. A comunidade do Feital, em Piedade (Magé), que se declarou quilombola, também vive da cata de caranguejos. Além das belezas e riquezas naturais, ali há também aterros, invasões, vazadouros de lixo, desmatamentos, queimadas e despejo de esgoto, além da poluição gerada pelo polo industrial instalado na bacia da baía de Guanabara, caracterizada principalmente por derrames de óleo.

Universidades e ONGs trabalham na APA de Guapimirim: UFRJ, UERJ, UFF; Fundação SOS Mata Atlântica; Instituto Nacional de Tecnologia e Uso Sustentável (INNATUS). Faz parte de suas atividades sistematizar o conhecimento que pescadores e marisqueiros têm da biodiversidade da região e profissionalizá-los na condição de guardiões desta biodiversidade. Ou seja, há aí uma parceria também política entre saber científico e saber tradicional, na tentativa de resgatar esta população e incluí-la como estratégica para a defesa da biodiversidade e da paisagem da APA de Guapimirim. Até que ponto isto é conseguido tendo a Petrobrás como parceira e patrocinadora dos pescadores guardiões da diversidade, mas também como adversária poluidora, é um ponto a merecer estudo: no momento em que escrevemos este texto (abril de 2012), o gestor da APA de Guapimirim, Breno Herrera, foi exonerado pelo IBAMA por ter se colocado contrário à ideia da Petrobrás e COMPERJ de usar os rios locais da APA como vias de transporte. Ambientalistas consideram menos má a opção de se construir uma rodovia tangenciando a APA. A história das rodovias mostra, contudo, o quanto elas são indutoras de urbanização e crescimento desordenado em suas margens e, portanto, também impactariam.

Após os acidentes de vazamento de óleo na Baía de Guanabara a Petrobrás buscou adequar-se às normas ambientais e às exigências do mercado verde: criou o PEGASO, Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional (R\$ 1,8 bilhão no período 2000-2003); implantou um Sistema Corporativo de Gestão de SMS (Segurança, Meio Ambiente e Saúde) em 2002, para disseminar uma cultura de percepção do risco e de proteção da vida; desenvolveu o Programa Petrobrás Ambiental, investindo em iniciativas que visam à proteção ambiental e à difusão da consciência ecológica (R\$ 150 milhões no período 2003 – 2008) para apoio de projetos desenvolvidos em parceria com organizações da sociedade civil de diferentes regiões e ecossistemas do país), desenvolveu o Programa Desenvolvimento & Cidadania Petrobrás, em parceria com a sociedade civil e governos, visando a inserção social de pessoas e grupos que vivem em risco social no Brasil, para o qual reservou uma dotação de R\$ 110 milhões (2010-2012). Segundo o Balanço Social e Ambiental da Petrobrás de 2008, a Petrobrás investiu R\$ 1,97 bilhão em meio ambiente, tendo evitado a emissão de 680 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente. A empresa atribuiu-se a meta, para 2013, de alcançar 4,5 milhões de toneladas do gás em emissões evitadas e, complementarmente, investir três bilhões de dólares, até 2013, em energias renováveis. A Petrobrás vem realizando seminários com pesquisadores universitários e ativistas, seja sobre o COMPERJ, sobre desdobramentos do vazamento de 2000. Contudo, segundo Ricardo Young, do Instituto Ethos, ela foi a grande ausente na Conferência

Ethos 2009 sobre ações de responsabilidade social e sustentabilidade, tendo rompido com o Instituto por conta de polêmicas em torno do diesel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falamos de identidades em disputa: de como os pescadores artesanais tem sua identidade a um só tempo negada e reconstruída, ambivalência que também ocorre com a Petrobrás: a empresa é um orgulho nacional e fruto de movimento político massivo nos anos 50 em favor de sua criação. Apesar de suas iniciativas no campo da responsabilidade socioambiental, a Petrobrás é criticada por ambientalistas e ativistas sociais por ter uma atuação considerada degradadora e “imperialista” na América Latina, onde cumpriria um triste papel de ir contra a luta de povos latino-americanos pela reapropriação de suas jazidas.

Muitas são as instituições que teriam/tem papel a desempenhar nesses confrontos, seja como instâncias governamentais, seja como representações das diferentes categorias de pescadores, seja como pesquisadores. Em nível nacional, além do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA e do IBAMA e ICMBio, temos a Capitania dos Portos da Marinha de Guerra, o Conselho Nacional da Pesca e Aquicultura – CONAPE, o Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE, a Confederação Nacional dos Pescadores, a CIRM – Comissão Interministerial para os Recursos do Mar; no Estado do Rio de Janeiro temos a SEDRAP – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca, a FIDERJ – Federação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro, a FEDERJ – Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (que teve sua representatividade questionada pelo STJ no litígio judicial), o Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro, as associações livres de pescadores e suas cooperativas mistas¹⁷; as colônias de pesca¹⁸; em Macaé, além das instituições já acima citadas, o Colégio Municipal de Pescadores de Macaé e, pela UFRJ, o NUPEM – Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé e a PAPESCA – Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva de Pesca em Macaé. No caso da APA de Guapimirim, seu conselho gestor.

Retomamos a pergunta inicial: que papel tem o PNGC diante desses conflitos?

O PNGC é coordenado e acompanhado pela CIRM – Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e pelo IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, cabendo aos estados da federação o gerenciamento costeiro, através de mesozoneamento, seu monitoramento e gestão.

As questões ambiental e socioambiental ganharam institucionalidade ao longo das últimas quatro décadas no Brasil, nacional e estadualmente: foram normatizadas (leis, decretos, portarias, resoluções etc.), institucionalizadas (organismos oficiais, privados e do Terceiro Setor). Planos e seus instrumentos foram criados. Mas, o que dizer de sua gestão efetiva?

¹⁷ As associações livres de pescadores surgiram em confronto com as Zs, como a Apelt, de Tubiacanga, Ilha do Governador, e a Apelga, de São Gonçalo, ambas na Baía da GB, RJ).

¹⁸ As Colônias de Pesca na Baía da Guanabara e Adjacências são: Z8 – Jurujuba; Z9 – Mauá/Magé e São Gonçalo; Z10 – Ilha do Governador, Rio Jequiá; Z11- Ramos; Z12 – Caju; Z13 – Copacabana, Leme, Ipanema; Z14- Pedra de Guaratiba.

Segundo Moraes, a dimensão das responsabilidades que a União delegou aos estados no caso do gerenciamento costeiro está muito além da capacidade gerencial e material destes, tendo havido diluição das responsabilidades e pulverização das estratégias e ações concretas, esgarçando-se os liames com a coordenação nacional. Como proposta para dirimir esta ineficácia do PNGC, Moraes recomenda que o Ministério de Meio Ambiente assuma as atividades de macrozoneamento costeiro, identificando empreendimentos litorâneos de importância nacional, envolvendo a esfera municipal na sua formulação e implantação, em articulação com os planos diretores municipais e realizando com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência um levantamento das áreas de relevância estratégica (MORAES, 2007, p.187-199). Ainda não sabemos se e como isto foi de fato realizado nos casos narrados. Com efeito, a literatura sobre o tema é preponderantemente normativa, do plano do dever-ser, e pouco descritiva e analítica sobre as ações efetivas, recursos financeiros e humanos empregados, balanço de sucessos e insucessos.

REFERÊNCIAS

- AMADOR, E.. **Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos**: homem e natureza. Rio de Janeiro: Amador, 1997.
- BARTHOLO, R.; et al.. **Ética e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002.
- BRANDÃO, A. A.. **Miséria da periferia**: desigualdades raciais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.
- BRONZ, D.. **Pescadores do petróleo**: políticas ambientais e conflitos territoriais na Bacia de Campos, RJ. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.
- COELHO, V. M. B.. **Baía da Guanabara**: uma história de agressão ambiental. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- CPP. Comissão Pastoral dos Pescadores. **Os pescadores do Brasil**. Disponível: <http://www.cppnac.org.br>. 1984.
- CPP. **Relatório descritivo da I Conferência Nacional da Pesca artesanal**. Disponível: <http://www.cppnac.org.br>. (s.d.)
- DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V.. **Saberes tradicionais e biodiversidade**. Brasília: MMA, 2011.
- DIEGUES, A. C. S.. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- FREITAS, R. F.; SEIXAS, S. R. C.. A pesca artesanal frente às instituições sociais modernas e os desafios do desenvolvimento territorial. **Revista Vitas**, n.1, 2011.
- HERCULANO, S.. Desenvolvimento local, responsabilidade sócio-ambiental e royalties: a Petrobrás em Macaé (RJ). In: HERCULANO, S.. **Oficina sobre Impactos ambientais, sociais e urbanos das atividades petrolíferas em Macaé (RJ)**. UFF-PPGSD e Lacta, 2011.
- IRVING, M. A.. **Áreas protegidas e inclusão social**: construindo novos significados. Rio de Janeiro, **Caderno Virtual de Turismo**, v.7, n.1, 2007.
- KANT, R.; PEREIRA, L.. **Pescadores de Itaipu**: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997.

LIANZA, S.; et al.. **Rede solidária da pesca: construção e desafios: tecnologia e sustentabilidade**. NESOL-USP (s.d.).

LOBÃO, R.. Testemunhas, infratores, parceiros, criminosos: papéis múltiplos em uma relação singular entre pescadores e a exploração do petróleo na Bacia de Campos. In: HERCULANO, S.. **Oficina sobre Impactos ambientais, sociais e urbanos das atividades petrolíferas em Macaé (RJ)**. UFF- PPGSD e Lacta, 2011.

MORAES, A. C. R.. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2007.

MPA. **Boletim estatístico**. Brasília: MPA, 2010.

NACIF, C.; et al.. **Territorialidades e conflitos em bairros cariocas: Caju e Jardim Botânico**. Rio de Janeiro, UFF (s.d.).

PESSANHA, E. G. F.. **Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu**. Niterói: EDUFF, 2003.

RESENDE, A. T.. Pesca artesanal e suas representatividades: FEPERJ e colônias de pescadores na Baía de Guanabara. ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16. **Anais**. 2010.

RODRIGUES, D. H.. **Caracterização socioambiental de comunidades pesqueiras na Baía de Guanabara como subsídio à elaboração de um novo modelo de gestão para a pesca de pequena escala**. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, D. H. B. C.. **Caracterização socioambiental de comunidades pesqueiras na Baía de Guanabara**. Monografia (Bacharelado em Oceanografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SEDREZ, L. F.. **The bay of all beauties: state and environment in Guanabara Bay, Rio de Janeiro, Brazil, 1875-1975**. Thesis (Doctor of Philosophy) – Stanford University, Stanford, 2004.

SOARES, D. G.. **Pescadores e Petrobrás: ação coletiva e justiça ambiental na Baía de Guanabara**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOARES, M. T. C.; LIMA, G. B. A.. Impactos econômicos da degradação ambiental: a crise da atividade pesqueira em Jurujuba. **Revista Pesquisa e Desenvolvimento Engenharia da Produção**, n.4, p.39-54, 2005.

SOFFIATI, A.. Macaé em quatro tempos. In: HERCULANO, S.. **Oficina sobre Impactos ambientais, sociais e urbanos das atividades petrolíferas em Macaé (RJ)**. UFF- PPGSD e Lacta, 2011.

VASCONCELLOS, M.; et al. **Alguns aspectos relevantes relacionados à pesca artesanal costeira nacional**. (s.d.).